

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e
2021 com o Relatório do Auditor Independente

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	03
Balanços patrimoniais.....	06
Demonstrações do resultado	08
Demonstrações do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo
Novo Hamburgo – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2022** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo teve Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social (CEBAS) deferido para o período de 02/07/2015 a 01/07/2018 através da Portaria nº 376 MEC/SERES publicada no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2022 mantinha em análise processos administrativos de renovação de certificado protocolados junto ao Ministério da Educação referente à concessão do CEBAS sob nº 23000.021382/2018-48 para o período de 02/07/2018 a 01/07/2021 e sob nº 23000.016327/2021-31 para o período de 02/07/2021 a 01/07/2024.

As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dos possíveis efeitos que possam advir da não obtenção do CEBAS relativo aos processos administrativos ainda não deferidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira somente para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados que emitimos relatório datado em 14 de março de 2022, que não conteve modificação.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Novo Hamburgo - RS, 18 de abril de 2023.

Lauermann Schneider Auditores Associados S/S – CRC RS-004574/O-6

Tanha Maria Lauermann Schneider
Contadora - CRC/RS CRC RS-042725/O-0

Vinícius Schneider
Contador - CRC RS-081737/O-1

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	71.861.975,33	51.916.595,48
Contas a receber	4	102.219.833,69	104.998.851,79
Estoques		297.125,66	285.119,57
Subvenções e auxílios a receber		8.420.113,97	936.199,38
Outros ativos	5	5.800.356,68	4.318.978,21
Despesas antecipadas		1.256.183,31	2.034.098,74
Total do ativo circulante		189.855.588,64	164.489.843,17
Não circulante			
Realizável a longo prazo	6	27.688.552,26	23.332.333,42
Investimentos		188.595,74	141.317,67
Imobilizado	7	216.774.880,51	224.836.721,82
Intangível	8	7.518.958,45	8.763.751,53
Total do ativo não circulante		252.170.986,96	257.074.124,44
Total do ativo		442.026.575,60	421.563.967,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	2.780.496,13	2.697.773,06
Fornecedores		1.699.142,40	2.614.170,46
Obrigações trabalhistas	10	13.060.503,40	11.264.927,98
Obrigações tributárias e sociais	11	5.199.715,41	4.351.169,80
Antecipações de convênios		15.989.650,96	5.350.828,74
Semestralidades e mensalidades a apropriar	12	84.150.503,90	88.776.817,48
Outras obrigações	13	14.882.996,91	14.567.969,43
Total do passivo circulante		137.763.009,11	129.623.656,95
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	18.444.726,62	18.900.118,87
Outras provisões	14	4.092.492,42	4.357.680,23
Doações a apropriar		5.219.358,67	5.219.358,67
Outras obrigações	13	11.713.097,52	12.364.257,76
Total do passivo não circulante		39.469.675,23	40.841.415,53
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social	15.a	251.098.895,13	244.357.771,09
Superavit do exercício		13.694.996,13	6.741.124,04
Total do patrimônio líquido		264.793.891,26	251.098.895,13
Total do passivo e patrimônio líquido		442.026.575,60	421.563.967,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

		2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16	<u>234.861.005,09</u>	<u>220.481.838,10</u>
Semestralidades graduação		195.320.338,40	183.632.339,07
Mensalidades ensino médio e fundamental		8.854.856,99	7.111.456,97
Parcelas pós-graduação		1.125.422,71	2.221.847,56
Parcelas mestrado e doutorado		10.341.653,75	10.694.478,44
Parcelas idiomas e extensão		467.924,73	238.838,34
Taxas escolares		1.036.404,96	1.196.174,02
Auxílios e subvenções	17	6.179.089,06	6.175.882,12
Doações		50.996,24	112.360,23
Outras receitas	18	11.484.318,25	9.098.461,35
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19	<u>(53.821.050,43)</u>	<u>(55.611.530,75)</u>
Gratuidades concedidas		(38.471.785,37)	(38.589.697,44)
Descontos concedidos ensino		(14.042.543,42)	(15.853.663,28)
Descontos condicionais concedidos		(1.306.721,64)	(1.168.170,03)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>181.039.954,66</u>	<u>164.870.307,35</u>
CUSTOS OPERACIONAIS	20	<u>(97.765.489,99)</u>	<u>(91.753.486,03)</u>
Salários e encargos sociais		(81.255.522,69)	(77.961.681,78)
Materiais de consumo		(2.521.715,29)	(3.064.112,27)
Serviços de terceiros		(2.454.784,96)	(1.349.687,06)
Despesas com divulgações		(104.550,37)	(111.085,78)
Despesas gerais		(4.517.062,62)	(3.136.438,67)
Depreciação e amortização		(6.911.854,06)	(6.130.480,47)
RESULTADO BRUTO		<u>83.274.464,67</u>	<u>73.116.821,32</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	21	<u>(68.596.036,12)</u>	<u>(60.724.520,37)</u>
Salários e encargos sociais		(24.998.548,05)	(21.624.782,56)
Materiais de consumo		(4.189.314,39)	(3.754.734,41)
Serviços de terceiros		(8.757.651,90)	(7.933.627,24)
Despesas com divulgações		(2.840.138,15)	(2.347.863,32)
Despesas gerais		(17.682.835,44)	(15.054.059,75)
Depreciação e amortização		(10.127.548,19)	(10.009.453,09)
RESULTADO FINANCEIRO	22	<u>(983.432,42)</u>	<u>(5.651.176,91)</u>
Receitas financeiras		8.736.372,96	3.519.434,54
Despesas financeiras		(9.719.805,38)	(9.170.611,45)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>13.694.996,13</u>	<u>6.741.124,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>13.694.996,13</u>	<u>6.741.124,04</u>
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00
RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO	<u>13.694.996,13</u>	<u>6.741.124,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	234.165.376,89	10.192.394,20	244.357.771,09
Incorporação do superávit ao patrimônio social	10.192.394,20	(10.192.394,20)	0,00
Superávit do exercício	0,00	6.741.124,04	6.741.124,04
Saldos em 31 de dezembro de 2021	244.357.771,09	6.741.124,04	251.098.895,13
Incorporação do superávit ao patrimônio social	6.741.124,04	(6.741.124,04)	0,00
Superávit do exercício	0,00	13.694.996,13	13.694.996,13
Saldos em 31 de dezembro de 2022	251.098.895,13	13.694.996,13	264.793.891,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASPEUR – Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício.....	13.694.996,13	6.741.124,04
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais	21.145.754,51	19.110.540,52
(+) Depreciação e amortização	17.039.402,25	16.139.933,56
(+) Juros e encargos de empréstimos	2.819.763,69	1.371.683,92
(-) Resultado na venda de bens	44.847,05	41.679,68
(+) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	248.361,64	362.982,93
(-) Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(513.549,45)	(335.932,96)
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.343.957,56	1.825.040,44
(-) Reversão para crédito de liquidação duvidosa	(789.750,16)	(276.145,21)
(+) Valoração de investimentos	(47.278,07)	(18.701,84)
Aumento no ativo	(11.330.791,86)	(9.126.264,26)
Redução/aumento de contas a receber	2.290.964,51	(8.427.933,79)
Aumento de estoques	(12.006,09)	(85.426,70)
Aumento/redução de subvenções e auxílios a receber	(7.483.914,59)	810.711,37
Aumento/redução de outros ativos	(1.693.404,34)	220.962,06
Redução de despesas antecipadas	777.915,43	1.117.358,38
Aumento de realizável a longo prazo	(5.210.346,78)	(2.761.935,58)
Aumento/redução no passivo	7.405.468,85	(176.791,54)
Redução de fornecedores	(915.028,06)	(1.196.359,92)
Aumento/redução de salários a pagar	1.795.575,42	(946.384,54)
Aumento/redução de obrigações tributárias e sociais a recolher	848.545,61	(817.490,88)
Redução/aumento de semestralidades e mensalidades a apropriar	(4.626.313,58)	7.886.891,13
Aumento/redução de antecipações de convênios	10.638.822,22	(5.484.223,59)
Redução/aumento de outras obrigações	(336.132,76)	380.776,26
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.915.427,63	16.548.608,76
Fluxos de caixa nas atividades de investimento		
Pagamento por aquisição de imobilizado	(8.193.471,79)	(30.388.727,61)
Baixa de imobilizado	418.914,40	113.779,95
Receita por venda de ativo imobilizado	10.532,72	900,00
Pagamento por aquisição de intangível	(13.590,24)	(179.957,89)
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos	(7.777.614,91)	(30.454.005,55)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.192.432,87)	(5.189.525,05)
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos	(3.192.432,87)	(5.189.525,05)
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	19.945.379,85	(19.094.921,84)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	51.916.595,48	71.011.517,32
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	71.861.975,33	51.916.595,48
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	19.945.379,85	(19.094.921,84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
1. Receitas	231.192.515,72	217.864.757,56
1.1 Receitas de ensino e extensão	216.110.196,58	203.898.960,38
1.2 Outras receitas	16.832.591,92	15.514.692,41
1.3 Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.750.272,78)	(1.548.895,23)
2. Insumos adquiridos de terceiros	39.398.504,44	33.275.802,91
3. Valor adicionado bruto (1-2)	191.794.011,28	184.588.954,65
4. Retenções	17.039.402,25	16.139.933,56
4.1 Depreciações/amortizações	17.039.402,25	16.139.933,56
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	174.754.609,03	168.449.021,09
6. Valor adicionado recebido em transferência	10.654.589,55	4.587.619,85
6.1 Receitas financeiras	8.736.372,96	3.519.434,54
6.2 Receitas de aluguéis	1.867.220,35	955.825,08
6.3 Doações recebidas	50.996,24	112.360,23
7. Valor adicionado a distribuir (5+6)	185.409.198,58	173.036.640,94
8. Distribuição do valor adicionado	185.409.198,58	173.036.640,94
8.1 Pessoal e encargos	106.254.070,74	99.586.464,34
8.2 Impostos, taxas e contribuições	228.506,64	353.469,72
8.3 Juros	2.819.763,69	1.371.683,92
8.4 Outras despesas financeiras	6.900.041,69	7.798.927,53
8.5 Aluguéis	1.690.769,26	1.573.440,64
8.6 Gratuidades concedidas	38.471.785,37	38.589.697,44
8.7 Descontos concedidos	15.349.265,06	17.021.833,31
8.8 Superávit do exercício	13.694.996,13	6.741.124,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

1. Contexto operacional

A **Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo** é uma associação de direito privado sem fins lucrativos e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Tem como objetivos o ensino, a pesquisa e a extensão. As normas que regulam a Entidade são estabelecidas pelo Estatuto e pelo que a respeito dispuser a legislação vigente. É a Entidade mantenedora da Universidade Feevale, da Escola de Educação Básica Feevale – Escola de Aplicação e do Feevale Techpark.

A Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo, com sede a Rodovia ERS 239 nº 2755 em Novo Hamburgo/RS foi declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 19.969, de 20/11/69; e de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 37/69, de 28/08/69 e, está inscrita no CNPJ sob o nº 91.693.531/0001-62 e Inscrição Municipal nº 2006.

No dia 05 de abril de 2010, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 404, de 01 de abril de 2010, que credencia a entidade mantida como Universidade, passando a denominar-se "Universidade Feevale". A Universidade Feevale é qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) conforme portaria nº 661, de 05 de novembro de 2014.

Os dirigentes, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou a título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e disposições aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Conforme a norma brasileira de contabilidade ITG 2002 (R1), a Entidade apresenta de forma segregada os recursos próprios, utilizando a nomenclatura "com restrição" para os valores relativos a convênios, auxílios e subvenções.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

2.1. Políticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Entidade é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas são divididas de acordo com a atividade exercida e subdividida entre as receitas operacionais e demais receitas.

b.1) Receita de mensalidades

A receita de mensalidades é reconhecida no resultado mensalmente conforme contrato assinado pela Entidade e aluno, ou seu responsável, efetivadas pela prestação de serviços educacionais.

b.2) Receita subvenções públicas

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para o Patrimônio Social.

b.3) Receita de doações

As receitas de doações são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas ou quando possuem contrato determinando as cláusulas e condições da doação.

b.4) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores são contabilizados como Instrumentos Financeiros Básicos e estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas *pro rata temporis* até a data das demonstrações contábeis.

Os valores apresentados com a denominação “com restrição” referem-se a recursos recebidos de terceiros, com finalidade específica, relativo a contratos e convênios firmados. Enquanto não utilizados, estes recursos permanecem em contas de aplicações financeiras com contrapartida no passivo circulante.

e) Contas a receber

Os valores estão contabilizados a valor de realização, sendo deduzida a parcela de créditos de liquidação duvidosa, que considera os valores vencidos a mais de 360 dias. Os créditos referem-se principalmente à direitos de recebimento de mensalidades de alunos, pela contraprestação de serviços educacionais.

f) Investimentos

Os valores referem-se às ações de telefonia celular CRT/Brasil Telecom e cota capital junto ao SICREDI Pioneira.

g) Imobilizado e Intangível

Estão demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, as taxas estão apresentadas na nota explicativa nº 7 e 8 levam em conta o tempo de vida útil estimada dos bens.

A Entidade realizou as adequações para atendimento aos padrões internacionais de contabilidade, contidas nas NBC TG's 01 (R4) e 27 (R4), contemplando inclusive a adoção do custo atribuído (*Deemed Cost*) nas principais classes do ativo imobilizado, revisão da vida útil estimada e valor residual.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados e intangíveis poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso.

h) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado.

A Entidade não participa de operação envolvendo derivativos. O valor contábil dos ativos e passivos financeiros equivale aproximadamente ao seu valor de mercado.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

k) Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações contábeis e nas

notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação às estimativas.

l) Cobertura de seguros

A Entidade mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

m) Trabalho voluntário

Conforme item 19 da ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A Entidade não teve trabalho voluntário nos exercícios de 2022 e 2021.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de Renda Fixa, com prazo de resgate que não excede 90 dias.

	2022	2021
Caixa	2.869,94	2.897,18
Bancos conta corrente	477.745,56	106.996,62
Bancos conta corrente - com restrição	856.161,23	342.464,32
Aplicações de liquidez imediata	63.571.399,94	47.328.638,87
Aplicações de liquidez imediata - com restrição	6.953.798,66	4.135.598,49
Total	71.861.975,33	51.916.595,48

4. Contas a receber

Apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Semestralidades a receber	70.830.180,87	78.013.738,65
Mensalidades a receber ensino médio	4.067.022,36	2.608.095,81
Mensalidades a receber ensino fundamental	4.346.266,24	3.541.563,02
Parcelas pós-graduação	1.749.712,44	1.882.005,92
Parcelas mestrado e doutorado	10.916.332,97	10.539.326,84
Parcelas idiomas	37.283,80	0,00
Parcelas extensão	114.805,37	0,00
Cheques em cobrança	37.557,21	56.007,10
Créditos educativos (FIES)	3.067.874,22	5.149.192,58
Financiamento estudantil (FES)/PRAVALER	17.819.675,21	14.112.769,45
Créditos de financiamento estudo e renda	29.439,77	39.884,49
Sicredi Crédito Universitário	1.808.809,86	961.145,04
Banrisul Crédito Universitário	1.192.023,70	1.431.118,27
Renegociação alunos	4.539.984,18	4.351.383,17
(-) Provisão para créditos liquidação duvidosa	(18.337.134,51)	(17.687.378,55)
Total	102.219.833,69	104.998.851,79

A movimentação da provisão para crédito para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(17.687.378,55)	(16.178.773,76)
Reclassificação das parcelas idiomas e extensão	(114.427,01)	0,00
Adições	(3.969.248,72)	(4.258.988,69)
Recuperações / realizações	3.433.919,77	2.750.383,90
Saldo no fim do exercício	(18.337.134,51)	(17.687.378,55)

5. Outros ativos

Apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Adiantamentos	439.059,50	134.256,40
Créditos por serviços	1.941.334,87	1.748.726,66
Crédito venda de terrenos	228.761,46	132.108,08
Outros créditos	713.843,97	413.695,67
Cartões de crédito	3.048.896,27	2.411.407,29
(-) Provisão para créditos liquidação duvidosa	(571.539,39)	(521.215,89)
Total	5.800.356,68	4.318.978,21

A movimentação da provisão para crédito para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(521.215,89)	(480.925,45)
Reclassificação das parcelas idiomas e extensão	114.427,01	0,00
Adições	(193.982,60)	(171.855,63)
Recuperações / realizações	29.232,09	131.565,19
Saldo no fim do exercício	(571.539,39)	(521.215,89)

6. Realizável a longo prazo

Sua composição está disposta conforme o quadro a seguir:

	2022	2021
Contas a receber	26.194.097,92	20.372.415,73
Financiamento estudantil (FES)/PRAVALER	65.812,44	65.812,44
Crédito IES	20.538.089,43	14.560.602,77
Pravaler Gestão	4.680.379,25	4.680.379,25
Crédito na venda de terrenos	130.126,23	194.284,69
Outros créditos	1.633.818,51	871.336,58
(-) Provisão para créditos liquidação duvidosa	(854.127,94)	0,00
Depósitos judiciais	270.065,49	1.034.716,62
Despesas a incorrer	1.224.388,85	1.925.201,07
Total	27.688.552,26	23.332.333,42

A movimentação da provisão para crédito para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	0,00	0,00
Adições	(854.127,94)	0,00
Recuperações / realizações	0,00	0,00
Saldo no fim do exercício	(854.127,94)	0,00

7. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado e as taxas de depreciação estão demonstradas no quadro a seguir:

		2022			
		Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo					
Imóveis		247.771.558,39	291.899,92	(149.476,91)	248.674.569,88
Imóveis com restrição		7.028.697,23	0,00	0,00	7.028.697,23
Móveis e utensílios		15.391.174,49	302.574,91	(237.012,14)	15.456.737,26
Móveis e utensílios com restrição		148.936,00	3.587,16	(302,50)	152.220,66
Acervo biblioteca		11.564.392,96	116.580,74	(3.859,00)	11.677.114,70
Veículos		797.153,23	4.800,03	(450,00)	801.503,26
Veículos com restrição		54.800,00	0,00	0,00	54.800,00
Máquinas, aparelhos e equipamentos		41.207.263,52	3.559.488,36	(931.260,96)	43.835.490,92
Máquinas, aparelhos e equipamentos com restrição		14.936.361,61	1.102.624,46	(178.000,00)	15.860.986,07
Equipamentos de informática		37.672.538,80	781.006,86	(951.250,06)	37.502.295,60
Equipamentos de informática com restrição		2.694.474,39	291.055,55	(19.551,78)	2.965.978,16
Instrumentos para laboratório		4.041.724,65	104.094,04	(23.492,73)	4.122.325,96
Instrumentos para laboratório com restrição		417.804,49	0,00	0,00	417.804,49
Outras imobilizações		14.935.879,39	439.594,73	(18.537,51)	15.356.936,61
Outras imobilizações com restrição		354.509,92	0,00	(69,88)	354.440,04
Obras em andamento		456.712,76	1.196.165,03	(179.164,40)	713.124,91
Total do custo		399.473.981,83	8.193.471,79	(2.692.427,87)	404.975.025,75
		2022			
		Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Depreciação acumulada					
Imóveis	1,62% a 20,00%	(73.502.292,48)	(5.497.945,33)	84.948,72	(78.915.289,09)
Imóveis com restrição	1,62% a 4,00%	(221.292,80)	(29.772,48)	0,00	(251.065,28)
Móveis e utensílios	3,33% a 50,00%	(12.184.999,89)	(814.924,51)	225.030,61	(12.774.893,79)
Móveis e utensílios com restrição	10,00% a 33,33%	(108.939,05)	(16.397,25)	302,50	(125.033,80)
Acervo biblioteca	10,00%	(9.306.743,98)	(501.831,35)	0,00	(9.808.575,33)
Veículos	6,66% a 20,00%	(493.283,20)	(111.574,94)	450,00	(604.408,14)
Veículos com restrição	20,00%	(54.800,00)	0,00	0,00	(54.800,00)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3,33% a 50,00%	(28.955.628,36)	(2.989.617,82)	893.505,81	(31.051.740,37)
Máquinas, aparelhos e equipamentos com restrição	3,33% a 33,33%	(7.909.050,61)	(1.620.049,53)	0,00	(9.529.100,14)
Equipamentos de informática	4,00% a 46,08 %	(31.230.099,22)	(2.941.214,19)	928.115,37	(33.243.198,04)
Equipamentos de informática com restrição	5,00% a 33,33%	(1.458.544,35)	(244.993,31)	4.339,00	(1.699.198,66)
Instrumentos para laboratório	5,00% a 33,33%	(3.074.928,94)	(316.712,88)	16.198,21	(3.375.443,61)
Instrumentos para laboratório com restrição	5,00% a 20,00%	(217.310,67)	(50.052,50)	0,00	(267.363,17)
Outras imobilizações	4,00% a 33,33%	(5.882.271,71)	(637.838,96)	65.243,48	(6.454.867,19)
Outras imobilizações com restrição	4,00%	(37.074,75)	(8.093,88)	0,00	(45.168,63)
Total da depreciação		(174.637.260,01)	(15.781.018,93)	2.218.133,70	(188.200.145,24)
Valor Líquido		224.836.721,82	(7.587.547,14)	(474.294,17)	216.774.880,51
		2021			
		Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo					
Imóveis		224.404.859,60	4.983,00	0,00	224.409.842,60
Imóveis com restrição		7.028.697,23	0,00	0,00	7.028.697,23
Móveis e utensílios		14.012.941,36	1.465.392,28	(87.159,15)	15.391.174,49
Móveis e utensílios com restrição		142.814,00	6.122,00	0,00	148.936,00
Acervo biblioteca		11.388.077,52	176.315,44	0,00	11.564.392,96
Veículos		793.253,23	3.900,00	0,00	797.153,23
Veículos com restrição		54.800,00	0,00	0,00	54.800,00
Máquinas, aparelhos e equipamentos		38.233.144,60	3.323.775,46	(349.656,54)	41.207.263,52
Máquinas, aparelhos e equipamentos com restrição		13.701.525,72	1.301.277,99	(66.442,10)	14.936.361,61
Equipamentos de informática		36.213.388,41	1.581.680,52	(122.530,13)	37.672.538,80
Equipamentos de informática com restrição		2.048.949,70	648.936,78	(3.412,09)	2.694.474,39
Instrumentos para laboratório		3.945.454,31	104.235,34	(7.965,00)	4.041.724,65
Instrumentos para laboratório com restrição		423.652,48	10.628,00	(16.475,99)	417.804,49
Outras imobilizações		14.117.506,89	837.921,16	(19.478,78)	14.935.879,39
Outras imobilizações com restrição		354.440,04	0,00	0,00	354.440,04
Obras em andamento		2.915.740,12	20.923.559,64	(20.871,21)	24.967.428,55
Total do custo		369.779.245,21	30.388.727,61	(693.990,99)	399.473.981,83

		2021				
	Taxa deprec.%	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Depreciação acumulada						
Imóveis	1,62% a 20,00%	(68.808.602,29)	(4.693.690,19)	0,00	0,00	(73.502.292,48)
Imóveis com restrição	1,62% a 4,00%	(191.520,32)	(29.772,48)	0,00	0,00	(221.292,80)
Móveis e utensílios	3,33% a 50,00%	(11.409.388,06)	(862.411,56)	86.799,73	0,00	(12.184.999,89)
Móveis e utensílios com restrição	10,00% a 33,33%	(88.173,10)	(20.765,95)	0,00	0,00	(108.939,05)
Acervo biblioteca	10,00%	(8.766.382,59)	(540.361,39)	0,00	0,00	(9.306.743,98)
Veículos	6,66% a 20,00%	(401.441,64)	(91.841,56)	0,00	0,00	(493.283,20)
Veículos com restrição	20,00%	(54.800,00)	0,00	0,00	0,00	(54.800,00)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	3,33% a 50,00%	(26.616.715,77)	(2.661.753,39)	322.840,80	0,00	(28.955.628,36)
Máquinas, aparelhos e equipamentos com restrição	3,33% a 33,33%	(6.309.525,83)	(1.599.524,78)	0,00	0,00	(7.909.050,61)
Equipamentos de informática	4,00% a 46,08 %	(28.218.888,80)	(3.125.020,56)	113.810,14	0,00	(31.230.099,22)
Provisão para perdas - equip de informática		(423.977,82)	0,00	423.977,82	0,00	0,00
Equipamentos de informática com restrição	5,00% a 33,33%	(1.198.691,70)	(259.852,65)	0,00	0,00	(1.458.544,35)
Instrumentos para laboratório	5,00% a 33,33%	(2.804.737,95)	(277.879,77)	7.688,78	0,00	(3.074.928,94)
Instrumentos para laboratório com restrição	5,00% a 20,00%	(166.190,45)	(51.120,22)	0,00	0,00	(217.310,67)
Outras imobilizações	4,00% a 33,33%	(5.256.696,34)	(632.067,28)	6.491,91	0,00	(5.882.271,71)
Outras imobilizações com restrição	4,00%	(28.980,87)	(8.093,88)	0,00	0,00	(37.074,75)
Total da depreciação		(160.744.713,53)	(14.854.155,66)	961.609,18	0,00	(174.637.260,01)
Valor Líquido		209.034.531,68	15.534.571,95	267.618,19	0,00	224.836.721,82

8. Intangível

O intangível, bem como as taxas utilizadas estão demonstradas a seguir:

		2022				
	Taxa amort.%	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Custo						
Marcas e patentes		33.144,80	0,00	0,00	0,00	33.144,80
Programas		10.068.124,96	13.590,24	(20.421,32)	0,00	10.061.293,88
Programas com restrição		169.998,98	0,00	0,00	0,00	169.998,98
Direito de Uso Coapes		10.756.592,32	0,00	0,00	0,00	10.756.592,32
Total do custo		21.027.861,06	13.590,24	(20.421,32)	0,00	21.021.029,98
Amortização acumulada						
Programas	6,66 a 21,81%	(9.407.799,16)	(180.207,12)	20.421,32	0,00	(9.567.584,96)
Programas com restrição	20,00%	(167.162,05)	(2.516,89)	0,00	0,00	(169.678,94)
Direito de Uso Coapes	10,00%	(2.689.148,32)	(1.075.659,31)	0,00	0,00	(3.764.807,63)
Total da amortização		(12.264.109,53)	(1.258.383,32)	20.421,32	0,00	(13.502.071,53)
Valor Líquido		8.763.751,53	(1.244.793,08)	0,00	0,00	7.518.958,45

		2021				
		Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Custo						
Marcas e patentes		33.144,80	0,00	0,00	0,00	33.144,80
Programas		9.888.167,07	179.957,89	0,00	0,00	10.068.124,96
Programas com restrição		169.998,98	0,00	0,00	0,00	169.998,98
Contrato Coapes		10.756.592,32	0,00	0,00	0,00	10.756.592,32
Total do custo		20.847.903,17	179.957,89	0,00	0,00	21.027.861,06
Amortização acumulada						
Programas	Taxa deprec.% 6,66 a 21,81%	(9.210.203,08)	(197.596,08)	0,00	0,00	(9.407.799,16)
Programas com restrição	20,00%	(154.639,59)	(12.522,46)	0,00	0,00	(167.162,05)
Contrato Coapes		(1.613.488,96)	(1.075.659,36)	0,00	0,00	(2.689.148,32)
Total da amortização		(10.978.331,63)	(1.285.777,90)	0,00	0,00	(12.264.109,53)
Valor Líquido		9.869.571,54	(1.105.820,01)	0,00	0,00	8.763.751,53

9. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

Empréstimos e Financiamentos	Taxas	Vencimento	2022		2021	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Financiamento Sicredi	CDI + 1,57 % a.a.	25/10/2030	3.098.529,08	19.447.007,42	2.820.467,85	20.076.276,23
BNDES Banco Santander	TJLP + 4% e SELIC + 4,33% a.a.	15/01/2022	0,00	0,00	197.841,02	0,00
(-) Juros/encargos a apropriar			(318.032,95)	(1.002.280,80)	(320.535,81)	(1.176.157,36)
Total			2.780.496,13	18.444.726,62	2.697.773,06	18.900.118,87

10. Obrigações trabalhistas

Apresenta a seguinte composição:

Circulante	2022	2021
Salários a pagar	3.017.865,25	2.529.410,65
Remuneração estágios a pagar	90.593,74	79.089,78
Férias anuais a pagar	9.952.044,41	8.656.427,55
Total	13.060.503,40	11.264.927,98

11. Obrigações tributárias e sociais

Apresenta a seguinte composição:

Circulante	2022	2021
FGTS a recolher	899.006,62	769.593,44
FGTS s/férias anuais	795.975,40	692.349,73
INSS a recolher	498.827,39	440.764,06
IRF a recolher	2.910.295,71	2.377.905,95
INSS ret. s/notas fiscais	31.625,74	21.261,57
INSS s/serv. autônomos	2.867,61	1.500,00
COFINS/PIS/CSLL a recolher	46.724,99	40.594,33
Retenções ISS	14.391,95	7.200,72
Total	5.199.715,41	4.351.169,80

12. Semestralidades e mensalidades a apropriar

Apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Mensalidades a apropriar ens.fundamental	4.300.059,61	3.394.807,92
Mensalidades a apropriar ensino médio	3.924.992,89	2.000.234,58
Semestralidades a apropriar graduação	84.772.440,47	91.431.848,94
Parcelas a apropriar pós graduação	652.551,30	437.239,98
Parcelas a apropriar mestrado e doutorado	18.293.927,05	17.025.899,82
Parcelas a apropriar cursos	14.613,36	63.041,48
Parcelas a apropriar locações	1.270.293,61	535.561,88
Deduções de receitas semestre seguinte (1)	(29.078.374,39)	(26.111.817,12)
Total	84.150.503,90	88.776.817,48

Os valores das deduções de receitas semestre seguinte são relativas as bolsas e descontos das mensalidades e semestralidades contratadas em 2022 relativas as exercício seguinte.

13. Outras obrigações

Apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Circulante		
Retenções de alunos	135.634,49	125.784,50
Convênios - com restrição	9.391.737,93	10.461.840,43
Outras provisões trabalhistas	643.249,23	551.720,41
Antecipações de alunos	3.625.230,76	2.259.934,86
Outras obrigações	1.087.144,50	1.168.689,23
Total	14.882.996,91	14.567.969,43
Não Circulante		
Contrapartida contrato Coapes	10.488.969,52	10.488.969,52
Aluguéis a pagar	1.224.128,00	1.874.572,37
Outras obrigações	0,00	715,87
Total	11.713.097,52	12.364.257,76

O saldo de convênios refere-se ao critério de contabilização relativo a bens adquiridos com recursos de terceiros que são apropriados mensalmente conforme despesa incorrida.

14. Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade constituiu, com base na avaliação dos assessores jurídicos no tocante aos valores envolvidos e probabilidade de perda, bem como critérios definidos pela administração, provisão para contingências com respeito às perdas prováveis e possíveis (parcial) estimadas de processos:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão para contingências	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	0,00	0,00	1.009.570,32	879.106,44
Trabalhistas	46.298,00	77.202,82	2.579.407,24	3.311.033,58
Tributárias	223.767,49	957.513,80	503.514,86	167.540,21
Totais	270.065,49	1.034.716,62	4.092.492,42	4.357.680,23

As demandas de questões trabalhistas, cíveis e tributárias que tem como prognóstico a possibilidade de risco de perda possível, de acordo com a informação de seus assessores jurídicos, podem ser estimadas em aproximadamente R\$ 5.093.846,38 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.485.354,69 em 2021).

15. Patrimônio líquido

15. a) Patrimônio social

O Patrimônio Social é apresentado em valor histórico e totaliza R\$ 251.098.895,13 em 31 de dezembro de 2022, representando os resultados acumulados de exercícios anteriores (R\$ 244.357.771,09 em 2021).

16. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta resulta das operações abaixo:

Descrição	2022		2021	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Semestralidades graduação	195.320.338,40	0,00	183.632.339,07	0,00
Mensal. ens.médio e fundamental	0,00	8.854.856,99	0,00	7.111.456,97
Parcelas pós-graduação	1.125.422,71	0,00	2.221.847,56	0,00
Parcelas mestrado e doutorado	10.341.653,75	0,00	10.694.478,44	0,00
Parcelas extensão, idiomas e pronatec	467.924,73	0,00	238.838,34	0,00
Taxas escolares	997.329,86	39.075,10	1.157.592,43	38.581,59
Auxílios e subvenções	5.946.121,69	232.967,37	5.976.684,22	199.197,90
Doações	49.073,55	1.922,69	108.736,14	3.624,09
Outras receitas	11.051.330,26	432.987,99	8.804.998,10	293.463,25
Totais	225.299.194,95	9.561.810,14	212.835.514,30	7.646.323,80

17. Auxílios e subvenções

A Entidade recebeu auxílios e subvenções conforme demonstrado a seguir:

Entidade	Finalidade	2022	2021
FINEP	Biomonitoramento do ar e da água	53.508,28	90.583,45
SCIT	Concepção projetual	59,82	469,17
SCIT	Conteúdos criativos	719,39	6.678,75
SDECT	Desenvolvimento e caracterização de materiais metálicos	47.465,40	34.544,60
SDECT	Desenvolvimento de materiais poliméricos	196.278,94	203.870,69
SEBRAE	Desenvolvimento regional	0,00	4.411,00
SCIT	Desenvolvimento regional	39.782,98	151.012,93
FINEP	Inclusão e acessibilidade digital	7.734,84	8.896,62
PDDE	Infraestrutura física e pedagógica	161,04	161,04
NIKE	Infraestrutura física e pedagógica	243.144,28	118.505,50
FINEP	Monitoramento e controle ambiental	182.978,38	182.359,57
BNDES	Monitoramento e controle ambiental	225.703,72	293.967,90
PMNH	Saúde e qualidade de vida	631.811,27	563.266,51
PMNH	Desenvolvimento regional	2.850,10	3.040,76
SDECT	Desenvolvimento de novos produtos biotecnológicos	206.111,78	178.128,96
FUNASA	Sistema de tratamento de água em prop. rural	2.677,36	2.429,04
SDECT	Implantação de centro multisetorial	263.685,03	268.450,80
SDECT	Desenvolvimento de novas empresas na área de games	72.398,42	77.671,32
SDECT	Desenvolvimento de jogo educacional	21.661,13	63.575,74
SDECT	Implantação de lab de produção Audiovisual	34.615,34	34.711,32
SDECT	Implantação de núcleo de Farmacoterapia	119.023,43	118.887,12
CORSAN	Sistema piloto para produção de água de reuso	21.031,69	41.317,33
Min.Saúde	Implantação e consolidação de serviços de saúde	92.141,89	58.993,85
SEDAC	Trabalho e renda	0,00	133.500,00
FINEP	Incremento da Infraestrutura de Pesquisa em Saúde	85.606,07	92.660,03
SEDETUR	Alavancagem de negócios de micro e pequenas empresas no RS	69.707,16	50.080,47
SICT	Desenvolvimento de ventiladores para combate à pandemia	1.371,00	56.768,38
FINEP	Projeto de enfrentamento ao coronavírus	3.143.642,72	3.205.351,40
NIKE	Distribuição de cestas básicas a famílias carentes	64.241,73	85.600,07
SEDAC	Desenvolvimento de materiais didáticos	1.503,86	43.618,84
SICREDI	Educação, cultura e esporte inclusivo	0,00	1.856,00
FINEP	Recuperação de resíduos e efluentes	33.610,98	512,96
SICT	Capacitação em Tecnologias de Informação e Comunicação	8.081,00	0,00
SICT	Implantação de um laboratório de Jogo Digitais	133.174,50	0,00
SICT	Desenvolvimento de Soluções Inovadoras na saúde digital	40.006,00	0,00
SICT	Aprimoramento de um jogo digital no contexto escolar	46.330,44	0,00
PMDI	Prevenção de uso álcool e drogas dos adolescentes	61.669,09	0,00
FINEP	Tratamento em implantes de titânio	24.600,00	0,00
Total		6.179.089,06	6.175.882,12

18. Outras receitas

Apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Receita de venda de imobilizado	10.532,72	241.730,00
Receita de aluguéis	1.867.220,35	955.825,08
Receita assistencial educacional	2.418.995,07	1.480.694,83
Serviços prestados	4.606.541,08	4.486.716,97
Receita de processos e acordos	0,00	655.945,65
Outras receitas	2.581.029,03	1.277.548,82
Total	11.484.318,25	9.098.461,35

19. Deduções da receita bruta

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022		2021	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Gratuidades concedidas graduação	(31.207.134,95)	0,00	(31.275.019,96)	0,00
Gratuidades concedidas ensino médio e fundamental	0,00	(1.151.798,41)	0,00	(1.220.673,09)
Gratuidades concedidas pós-graduação lato	(35.237,21)	0,00	(9.123,82)	0,00
Gratuidades concedidas pós-graduação stricto	(4.757.971,05)	0,00	(4.959.449,66)	0,00
Gratuidades concedidas extensão e idiomas	(15.228,26)	0,00	(10.034,00)	0,00
Gratuidades concedidas em atendimentos assistenciais educacionais	(1.269.196,27)	(35.219,22)	(1.077.138,80)	(38.258,11)
Totais	(37.284.767,74)	(1.187.017,63)	(37.330.766,24)	(1.258.931,20)

Descrição	2022		2021	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Descontos concedidos ensino graduação	(12.048.783,32)	0,00	(14.046.214,47)	0,00
Descontos concedidos ensino fundamental e médio	0,00	(966.070,47)	0,00	(825.376,97)
Descontos concedidos ensino pós-graduação lato	(144.511,47)	0,00	(236.144,95)	0,00
Descontos concedidos ensino pós-graduação stricto	(799.403,50)	0,00	(644.527,58)	0,00
Descontos concedidos extensão e idiomas	(83.774,66)	0,00	(101.399,31)	0,00
Totais	(13.076.472,95)	(966.070,47)	(15.028.286,31)	(825.376,97)

Descrição	2022		2021	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Descontos condicionais concedidos graduação	(1.122.693,07)	0,00	(988.872,84)	0,00
Descontos condicionais concedidos ensino fundamental e médio	0,00	(70.557,76)	0,00	(47.453,32)
Descontos condicionais concedidos pós graduação lato	(32.073,02)	0,00	(30.887,04)	0,00
Descontos condicionais concedidos pós graduação stricto	(4.131,78)	0,00	(3.853,15)	0,00
Descontos condicionais concedidos extensão e idiomas	(77.266,01)	0,00	(97.103,68)	0,00
Totais	(1.236.163,88)	(70.557,76)	(1.120.716,71)	(47.453,32)
Total das deduções da receita bruta	(51.597.404,57)	(2.223.645,86)	(53.479.769,26)	(2.131.761,49)

20. Custos operacionais

Os custos operacionais resultam das operações abaixo:

Descrição	2022		2021	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Salários e encargos sociais	(74.828.864,30)	(6.426.658,39)	(71.625.979,88)	(6.335.701,90)
Salários e encargos sociais - educação	(73.906.571,51)	(6.426.658,39)	(70.864.841,93)	(6.335.701,90)
Salários e encargos sociais projetos continuados assistenciais	(922.292,79)	0,00	(761.137,95)	0,00
Materiais de consumo	(2.453.741,51)	(67.973,78)	(3.007.992,83)	(56.119,44)
Materiais de consumo - educação	(2.449.573,51)	(67.973,78)	(3.002.655,53)	(56.119,44)
Materiais de consumo projetos continuados assistenciais	(4.168,00)	0,00	(5.337,30)	0,00
Serviços de terceiros	(2.388.779,82)	(66.005,14)	(1.317.043,58)	(32.643,48)
Serviços de terceiros - educação	(2.378.629,68)	(66.005,14)	(1.315.313,58)	(32.643,48)
Serviços de terceiros - projetos continuados assistenciais	(10.150,14)	0,00	(1.730,00)	0,00
Despesas com divulgações	(101.742,96)	(2.807,41)	(107.943,49)	(3.142,29)
Despesas com divulgações - educação	(101.170,76)	(2.807,41)	(107.772,83)	(3.142,29)
Despesas com divulgações - projetos continuados assistenciais	(572,20)	0,00	(170,66)	0,00
Despesas gerais	(4.395.144,85)	(121.917,77)	(3.029.039,22)	(107.399,45)
Despesas Gerais - educação	(4.393.555,28)	(121.917,77)	(3.028.610,09)	(107.399,45)
Despesas Gerais - projetos continuados assistenciais	(1.589,57)	0,00	(429,13)	0,00
Depreciação	(6.725.276,65)	(186.577,41)	(5.950.860,21)	(179.620,26)
Depreciação - Educação	(6.723.697,13)	(186.577,41)	(5.949.464,37)	(179.620,26)
Depreciação Projetos Continuados Assistenciais	(1.579,52)	0,00	(1.395,84)	0,00
Totais	(90.893.550,09)	(6.871.939,90)	(85.038.859,21)	(6.714.626,82)

21. Despesas operacionais

As despesas operacionais resultam das operações abaixo:

Descrição	2022		2021	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Salários e encargos sociais	(24.323.587,25)	(674.960,80)	(20.883.052,52)	(741.730,04)
Salários e encargos sociais - educação	(24.323.587,25)	(674.960,80)	(20.883.052,52)	(741.730,04)
Materiais de consumo	(4.076.202,90)	(113.111,49)	(3.625.947,02)	(128.787,39)
Materiais de consumo - educação	(4.076.202,90)	(113.111,49)	(3.625.947,02)	(128.787,39)
Serviços de terceiros	(8.521.195,30)	(236.456,60)	(7.661.503,83)	(272.123,41)
Serviços de terceiros - educação	(8.521.195,30)	(236.456,60)	(7.661.503,83)	(272.123,41)
Despesas com divulgações	(2.763.454,42)	(76.683,73)	(2.267.331,61)	(80.531,71)
Despesas com divulgações - educação	(2.763.454,42)	(76.683,73)	(2.267.331,61)	(80.531,71)
Despesas gerais	(17.205.398,88)	(477.436,56)	(14.537.705,50)	(516.354,25)
Despesas Gerais - educação	(17.205.398,88)	(477.436,56)	(14.537.705,50)	(516.354,25)
Depreciação	(9.854.104,39)	(273.443,80)	(9.666.128,85)	(343.324,24)
Depreciação - Educação	(9.854.104,39)	(273.443,80)	(9.666.128,85)	(343.324,24)
Totais	(66.743.943,14)	(1.852.092,98)	(58.641.669,33)	(2.082.851,04)

22. Resultado financeiro

O resultado financeiro resulta das operações abaixo:

Descrição	2022		2021	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Receitas financeiras	8.407.011,70	329.361,26	3.405.918,13	113.516,41
Despesas financeiras	(9.457.370,63)	(262.434,75)	(8.856.059,48)	(314.551,97)
Resultado financeiro líquido	(1.050.358,93)	66.926,51	(5.450.141,35)	(201.035,56)

Receitas financeiras

	2022	2021
Juros recebidos	1.787.150,10	1.096.424,29
Descontos obtidos	60.330,15	59.352,84
Reembolso de despesas	30.639,51	17.415,80
Rendimento aplic.financeiras	6.473.980,14	2.088.157,31
Variação cambial	26.800,52	993,47
Variações ativas	357.472,54	257.090,83
Total	8.736.372,96	3.519.434,54

Despesas financeiras

	2022	2021
Encargos s/financiamentos	(2.819.763,69)	(1.371.683,92)
Despesas c/cobrança	(270.869,38)	(235.876,27)
Desagio crédito educativo	(6.216.643,64)	(7.232.704,12)
Outras despesas financeiras	(412.528,67)	(330.347,14)
Total	(9.719.805,38)	(9.170.611,45)

Resultado financeiro líquido	(983.432,42)	(5.651.176,91)
-------------------------------------	---------------------	-----------------------

23. Imunidade da contribuição ao INSS

A Entidade, por meio do processo judicial nº 98.18.11384-5, obteve o reconhecimento da imunidade em relação às contribuições sociais administradas pelo INSS, em decisão que transitou em julgado em 05/11/2002. Caso a entidade não fosse imune, o valor das contribuições administradas pelo INSS em 2022 seria de R\$ 23.594.738,93, (R\$ 22.033.994,29 em 2021):

	2022	2021
Cota patronal	18.514.725,60	17.299.104,89
SAT	923.638,79	860.888,98
Terceiros	4.156.374,54	3.874.000,42
TOTAL	23.594.738,93	22.033.994,29

24. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

Foi publicada no Diário Oficial da União em 17 de dezembro de 2021 a Lei Complementar nº 187/2021, a qual revogou a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

A Entidade realizou análise de possíveis impactos da nova legislação nos requisitos exigidos para a certificação como entidade beneficente, concluindo que não houveram impactos significativos nas demonstrações contábeis deste exercício e subsequentes.

A Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo é Entidade Beneficente de Assistência Social certificada pela portaria nº 3, de 14 de janeiro de 2014, publicada em 15/01/2014, no Diário Oficial da União pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

A Entidade teve deferido a renovação do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social (CEBAS) através da portaria nº 376 MEC/SERES publicada no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2021 referente ao processo protocolado sob o número 23000.008346/2015-46 para o período de 02/07/2015 a 01/07/2018.

Foram protocolados tempestivamente no Ministério da Educação e estavam em análise em 31 de dezembro de 2022, os pedidos de renovação da certificação sob nº 23000.021382/2018-48 para o período de 02/07/2018 a 01/07/2021 e nº 23000.016327/2021-31 para o período de 02/07/2021 a 01/07/2024.

Visando manter a certificação como entidade beneficente de assistência social, a Entidade acolheu o instituído nos arts. 19 a 21 da Lei Complementar nº 187 publicada no Diário Oficial da União em 17 de dezembro de 2021.

Desta forma, na graduação, no ano de 2022, a Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo computou 8.534 alunos (9.373 em 2021) beneficiando 1.418 alunos (1.588 em 2021) com bolsa PROUNI integral, 4 alunos (4 em 2021) com bolsa PROUNI parcial de 50%, e 24 alunos (24 em 2021) com bolsas de estudos integrais da própria Entidade. Na educação básica, em 2022, a Escola de Educação Básica Feevale computou 639 alunos (581 em 2021), beneficiando 92 alunos (97 em 2021) com bolsas de estudos integrais e 1 aluno com bolsa de estudo parcial de 50% (1 em 2021).

As bolsas de estudos concedidas no âmbito da graduação totalizaram em 2022 o valor de R\$ 31.207.134,95 (R\$ 31.275.019,96 em 2021), dos quais R\$ 27.934.219,12 (R\$ 28.517.224,11 em 2021) correspondem à bolsa PROUNI. Na educação básica, o valor das bolsas de estudos concedidas em 2022 foi de R\$ 1.151.798,41 (R\$ 1.220.673,09 em 2021), sendo R\$ 1.099.751,69 (R\$ 1.189.775,59 em 2021) referentes a bolsa prevista na Lei Complementar nº 187/21.

Diante do cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 187/2021, tanto no que tange a educação superior bem como a educação básica, apresentamos a seguir a calculadora social conforme modelo disponibilizado pelo Ministério da Educação:

Lei Complementar 187 a partir de 17/12/21

		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		639	8.534
Alunos bolsa integral LC 187/2021)	lo	92	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (LC 187/2021)	ld	0	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	lt	0	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0	1.418
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (LC 187/2021)	lpg	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	92	1.418
Outras bolsas integrais (b)		0	24
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0	0
Alunos inadimplentes (d)		107	615
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	532	7.895
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	Po	1	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	4
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (LC 187/2021)	Ppg	0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	P	1	4
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	93	1.420
Outras bolsas parciais		397	7.629
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 8.813.252,09	R\$ 130.732.320,67
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	532	7.919
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 16.566,26	R\$ 16.508,69
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		31	473
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de		Art. 13	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

2021

Lei Complementar 187 a partir de 17/12/21

		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		581	9.373
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	Io	97	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (LC 187/2021)	Id	0	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	It	0	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0	1.588
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) LC 187/2021)	lpq	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021)	I	97	1.588
Outras bolsas integrais (b)		0	24
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0	0
Alunos inadimplentes (d)		69	681
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	512	8.668
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	Po	1	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	4
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (LC 187/2021)	Ppg	0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	P	1	4
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	98	1.590
Outras bolsas parciais		382	6.726
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 7.108.825,97	R\$ 183.634.970,07
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	512	8.692
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 13.884,43	R\$ 21.126,89
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		33	530
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de		Art. 13	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2022.

Marcelo Clark Alves
Presidente
CPF: 514.007.310-20

Dagmari Hickmann Lippert
Contadora CRC/RS 065340/O-6
CPF: 711.662.700-68